http://journal.unoeste.br/index.php/ch
DOI: 10.5747/ch.2020.v17.h464
ISSN on-line 1809-8207

Colloquium Humanarum

Submetido: 17/08/2019 Correções: 02/06/2020 Aceite Final: 16/06/2020

RESENHA

PINHEIRO, Dalessandro de Oliveira. **O movimento "Todos Pela Educação"**: o público, privado e a disputa de projetos educacionais no Brasil. 314 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientadora: Profª. Drª. Monica Ribeiro da Silva. Curitiba, 2018.

Raquel Hissae Nagase[1]

[1]Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), Maringá, PR. **ORCID iD**: https://orcid.org/0000-0003-3002-3492. **E-mail**: kelnagase_@hotmail.com

A tese trata sobre os projetos na área da educação dos movimentos empresariais. O objetivo principal é analisar os projetos educacionais de setores do empresariado brasileiro, em especial do Movimento Todos Pela Educação (TPE), no âmbito da disputa e da tensão no interior do Estado.

A pesquisa é qualitativa, bibliográfica e documental, com o propósito de fazer um levantamento das produções bibliográficas, de notícias em periódicos e em páginas na rede mundial de computadores sobre o TPE. O referencial teórico adotado é o materialismo histórico dialético, por meio do qual o autor analisa a atuação desses grupos na educação como uma ação de classe, voltada para a formação da classe trabalhadora.

Na introdução, o autor apresenta a hipótese inicial, os objetivos traçados e a metodologia utilizada, bem como expõe o problema de pesquisa e o percurso adotado na investigação que está estruturada em quatro capítulos. Somado a isto, discorre sobre o interesse acadêmico e pessoal pela pesquisa, apresentando brevemente sua trajetória.

No primeiro capítulo, intitulado "Considerações históricas sobre o público e o privado na educação brasileira: anos 1990 e o ponto de inflexão", ao buscar um ponto de inflexão para a alteração entre a relação público-privada, o autor indica que, no bojo do projeto neoliberal do presidente do país eleito à época da criação do programa, abre-se espaço para o debate do que deveria ser público, privado ou realizado em parceria nos dois âmbitos. Sem desconsiderar o contexto internacional, pontuando as mudanças em relação ao papel dos Estados, o pesquisador aponta para ações do empresariado, mesmo de forma desarticulada e isolada, na formulação de políticas públicas, principalmente para a educação profissional, por meio do Sistema S, ações filantrópicas ou caritativas.

É nesse cenário que os setores empresariais assimilam os preceitos internacionais neoliberais sobre a execução privada da gestão da educação pública nacional, pois a educação aparece como um fator de competitividade. No entanto, ganharam corpo na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002) os diversos setores da sociedade que passaram a ocupar os espaços educacionais. As políticas neoliberais continuaram no governo Lula (2003-2006 e 2007-2010) e os vínculos entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o empresariado ampliaram a relação entre o público e o privado que, assim como as organizações sociais, tornaram-se interlocutores privilegiados do governo.

O capítulo "O movimento 'Todos Pela Educação': vetor da coalizão empresarial no Brasil" tem como foco compreender as ações desse movimento fundado em 2006. A qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) em 2014 garantiu um novo patamar no relacionamento entre os entes governamentais.

Segundo o autor da tese, a inserção do TPE como formulador de políticas está no mapeamento da crise educacional, ao passo que analisam e publicam dados que são produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Mesmo capacitado para receber recursos públicos, a atuação do TPE diz respeito, principalmente, ao monitoramento, à cobrança, à corresponsabilidade e à produção de consensos. Assim, a utilização da avaliação institucional como critério de qualidade, bem como o aperfeiçoamento da gestão são dois aspectos de relevância para o Movimento.

Ao analisar a corresponsabilidade, o autor chama a atenção para os resultados, compartilhados entre sociedade e governos. Neste sentido, destaca-se uma nova forma de conceber o público e de compreender a gestão pública, o que matiza as relações entre a esfera pública e privada. Nesse espaço, mais do que a disputa imediata por recursos financeiros públicos, a luta é por projetos maiores e mais significativos, como a gestão pública por organizações sociais e pela formação dos sujeitos.

No mesmo capítulo, o autor aborda os Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADEs), criados em 2009. O TPE propõe alternativas ao regime de colaboração entre os entes federados baseado na tese de que a política de fundos (Fundeb), vinculada ao número de alunos atendidos, levou a uma disputa por recursos entre os mesmos. Neste contexto, entra os ADEs, atrelados ao associativismo e ao cooperativismo entre os entes federados, com o propósito de reduzir as desigualdades regionais.

O TPE e as organizações sociais têm estimulado uma articulação entre gestões municipais, para que se desenvolvam colaborativamente, permitindo trocas de experiências, isto é, as boas práticas geradas, cuja finalidade se baseia em melhorar as redes e a relação de ensino e aprendizagem. No entanto, o autor chama a atenção para a especificidade desta proposta que conta com um mediador para garantir a autonomia dos municípios e determinar os caminhos da gestão.

O terceiro capítulo da tese, “Influências e estratégias dos movimentos empresariais: o monitoramento da ação pública e a gestão da educação no Brasil”, o autor observa que nos governos do PT (2003-2016), as contradições estão presentes nas políticas públicas educacionais, assim como na política geral, por conta de acordos para alcançar e se manter no poder. Além disto, o pesquisador evidencia que a representação de diversos setores no Congresso Nacional contribuiu para as disputas no interior do próprio governo. Destarte, é possível evidenciar a marca do empresariado em ações desenvolvidas pelo MEC. No entanto, não deixa de destacar que a participação de grupos com viés democrático e progressista, vinculados aos profissionais da educação, limitou a concretização de políticas públicas citando, por exemplo, o documento final da Conferência Nacional de Educação (CONAE) (2010), o qual contrapõe os elementos gerencialistas propostos por tais movimentos. Para o autor, a disputa que ganha centralidade é entre as perspectivas de gestão democrática da escola pública e a tendência gerencialista no que tange à autonomia do sistema federativo, bem como do regime de colaboração.

O autor buscou dar visibilidade para as escolhas e disputas da agenda do MEC com o programa TPE, evidenciando o modo como o primeiro desenvolveu as ações de forma contraditória, descontínua, sem organicidade e com propostas tensionadas entre princípios gerenciais e democráticos. Neste sentido, o Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) é apontado, pelo autor, como um marco da influência dos movimentos empresariais na educação pública, incorporando projetos, metas, indicadores e negligenciando a participação de outros grupos. Ao tratar sobre o Fundescola e o PDE Escola, o pesquisador observa a estrutura similar a empresarial, com presença de metas, indicadores, desempenho, resultados, ressignificação de conceitos e critérios de mercado como parâmetro para a qualidade da educação.

Ainda no terceiro capítulo da tese, que busca evidenciar o *modus operandi* do TPE e a presença das propostas dos movimentos empresariais em políticas públicas voltadas para a gestão da educação pública, o autor evidencia que a lógica do monitoramento é fundamental para os movimentos empresariais, incutindo metas para que a sociedade fiscalize o poder público. Os indicadores das avaliações externas, por sua vez, são a estratégia para questionar a gestão e a qualidade da escola pública e, ao constatar a ineficiência deste setor, propõem-se soluções. Portanto, a melhoria da qualidade da educação está relacionada com a melhoria dos desempenhos obtidos nas avaliações

institucionais. Neste sentido, para o TPE há uma relação direta entre formação dos sujeitos e a capacidade de atingir as metas estabelecidas.

O quarto capítulo, "A gestão da escola pública no Brasil: as organizações sociais do terceiro setor e a disputa pela agenda das políticas públicas educacionais na conjuntura do marco regulatório", tem como objetivo destacar a construção ideológica sobre uma abertura cada vez maior para o compartilhamento da ação pública com organizações sociais do terceiro setor. No capítulo, o autor enfatiza, mais uma vez, que o TPE se estruturou e se consolidou num período significativo de abertura do debate democrático sobre a educação no Brasil, que ocorreu nos governos do PT. Assim, ficou estabelecida na forma da lei, parte do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, Lei nº 13.019/14, regulando a relação entre o Estado e as organizações sociais, permitindo a gestão da escola pública por essas organizações. Tal abertura aos movimentos empresariais possibilitou que estes se abastecessem com propostas para a educação no país.

A reunião de instituições diversas para operar nas políticas educacionais consolidou uma atuação em rede, o que permitiu a descentralização de ações, bem como respostas mais rápidas do que por um ente federado. Este fato tem sido argumento central para a efetivação de parcerias público-privadas. O trabalho em rede é uma das estratégias dos movimentos empresariais para efetivar consensos. Para exemplificar o trabalho em rede, o autor apresenta uma proposição de transferência da gestão das escolas públicas feita no estado de Goiás, cujas organizações vinculadas ao terceiro setor e à esfera privada, demarcam o debate e a disputa no campo jurídico, pedagógico, político e social pela educação.

Conforme demonstra o autor da pesquisa, o TPE tem como estratégia o monitoramento, o levantamento de indicadores por meio das avaliações e divulgação de dados sobre a educação, para que ocorra a participação da sociedade na busca elementos que evidenciem o fracasso e a culpabilização dos gestores e professores, com a finalidade de apontar soluções para melhorar a qualidade da educação. Com a noção ressignificada de gestão democrática, as proposições contemplam a corresponsabilidade e o gerencialismo. Neste sentido, o autor busca em Stephen Ball (2005), a base do conceito de performatividade, para analisar o gerencialismo e sua influência na gestão pública brasileira, atingindo os profissionais da educação.

O autor apresenta, ainda no quarto capítulo, alguns parceiros do TPE e os programas desenvolvidos em parcerias que dão indícios das propostas empresariais para a formação e gestão da educação pública, destacando as questões centrais: eficiência e resultado. Para além disto, a aproximação com a rede pública permite que essas fundações conheçam a máquina pública e tudo relacionada a ela, inclusive os processos educativos, garantindo-lhes capacidade para conduzir suas propostas.

Ao pontuar o caráter classista dos projetos formativos e de gestão, o autor aponta também a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular, percebendo a limitação dos projetos formativos, da autonomia pedagógica e do trabalho do professor. Neste sentido, defende que, dentro dos limites impostos pelo modo de produção capitalista, é preciso superar essa lógica, pensando em uma formação ampla. Assim, é necessário lutar pela socialização do conhecimento. O autor reconhece que a classe trabalhadora teve vitórias importantes, contudo é fundamental ocupar os espaços dentro do Estado, disputando as políticas públicas educacionais com as forças vinculas à burguesia empresarial.

Neste capítulo, o autor faz algumas pontuações sobre a tese, ressaltando que a ação dos movimentos empresariais faz parte da atual fase do desenvolvimento do capitalismo. A qualidade da educação pública é a porta de entrada para a atuação das organizações vinculadas ao empresariado, sendo a gestão apontada como problema principal. Por isto, a solução proposta permeia o aprimoramento da gestão, modificando a cultura estabelecida nas escolas. Contudo, para o autor, o intento principal na ação dos movimentos empresariais está na padronização da formação do trabalhador e na definição de seu perfil, "ampliando o domínio hegemônico de classe" (PINHEIRO, 2018, p. 291).

O texto da tese é estruturado nas categorias contradição, trabalho, mediação, totalidade e hegemonia, sobre a análise do materialismo histórico que fundamenta a investigação e as reflexões levantadas pelo autor. Ao ler o texto, é preciso considerar o entendimento sobre a educação como campo de

disputas, bem como observar que a ação dos movimentos empresariais, que não se limita aos contornos do território nacional, o que me remete à tese da Agenda Globalmente Estruturada para a Educação de Roger Dale (2004).

No final de cada capítulo do trabalho há uma síntese do mesmo, o que colabora para quem irá ler apenas parte do texto. No entanto, ao ler a tese completa, nota-se um trabalho extenso, com repetição nos assuntos, o que poderia ser evitado com notas de rodapé, uma vez que nas considerações finais, o autor faz uma retomada de todos os capítulos. Todavia, no contexto atual, em que cada vez mais o Estado, como campo político, tem permitido a influência e a ação do empresariado na definição de políticas públicas educacionais, entender que a educação é um campo em disputa, nos encoraja a não renunciar ao nosso lugar de fala, e de luta por uma educação pública de qualidade em qualquer nível ou modalidade. Neste sentido, a tese revela o caráter classista dos movimentos empresariais e deve ser divulgada para cumprir seu papel social.